

O Concílio de Niceia e a Dogmática Católica

The Council of Nicea and the Catholic Dogmatics

HEBER RAMOS BERTUCI*

Resumo: A comemoração dos 1700 anos do Concílio de Niceia é um convite para redescobrir, perenemente, a riqueza da mensagem cristã e aprender dela para compartilhá-la com alegria e gratidão a Deus. Este artigo foca na natureza do legado dogmático que o Concílio de Niceia deixou. O conteúdo de Niceia é uma profissão de fé, conforme ensina o documento norteador dos argumentos deste artigo: “Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador”, elaborado pela Comissão Teológica Internacional. Isso quer dizer que Niceia resume a fé que os cristãos professam, trazendo vida espiritual para os que a professam. Neste artigo, os objetivos são: (1) Celebrar com alegria e gratidão o aniversário do Concílio; (2) Explicar de que maneira o Credo de Niceia, como profissão de fé, defendeu e clarificou a Revelação divina; (3) Exortar os leitores católicos do artigo a se interessarem pelos dogmas da Igreja que Niceia enfatiza, pois isso facilitará a edificação pessoal e o diálogo com outras Igrejas.

Palavras-chave: Niceia. Profissão de Fé. Dogma. Teologia Católica.

Abstract: The celebration of the 1,700th of the council of Nicea is an invitation to rediscover perennially the richness of the Christian message and learn from it, to share with joy and gratitude to God. This article focuses on the nature of the dogmatic legacy left by the Council of Nicea. The content of Nicea is a profession of faith, as taught learns the document guiding this article’s arguments: “Jesus Christ, Son of God, Savior”, prepared

* Heber Ramos Bertuci é Doutor em Teologia Sistemático Pastoral pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professor do Departamento de Cultura Religiosa da PUC-Rio. Produziu recentemente o livro “Joseph Ratzinger: Ampliando o Horizonte da Razão”. Contato: bertuciheber25@gmail.com

by International Theological Commission. This means Nicea summarizes the faith professed by Christians, bringing spiritual life to those who profess it. The objectives in this article are: (1) To celebrate the anniversary of the council with joy and gratitude; (2) To explain how the Nicene Creed, as a profession of faith, defended and clarified the Divine Revelation; (3) To exhort catholic readers of this article to take an interest in the dogmas of the church that Nicea emphasizes, as will facilitate the personal edification and the dialogue with other churches.

Keywords: Nicea. Profession of Faith. Dogma. Catholic Theology.

Introdução

Neste ano de 2025, o mundo cristão celebra o Concílio de Niceia em seu 1700º aniversário. Há vários aspectos sob os quais o Concílio pode ser entendido: o conteúdo de seu Símbolo, a história da reunião e o legado dogmático que deixou. A pretensão deste artigo é entender a natureza do conteúdo de Niceia como profissão de fé e perceber nele um legado dogmático que precisa ser redescoberto sempre. O documento norteador dos argumentos deste artigo é “Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador”, elaborado pela Comissão Teológica Internacional, exatamente em comemoração ao aniversário do Concílio de Niceia.

A partir desse recente documento, comentaremos sobre a alegria e a gratidão pelo aniversário do Concílio; explicaremos que o Credo deixado trata-se de uma profissão de fé; desenvolveremos a ideia de que Niceia defendeu e clarificou a Revelação divina; e exporemos que a fé que Niceia professou possui um rico conteúdo dogmático. O artigo parte do pressuposto de que comemorar Nicéia é compreender que, após 1700 anos, sua mensagem permanece nova, tendo condições plenas de continuar a renovar a Igreja Católica e todas as demais Igrejas de origem cristã.

1 Niceia 1700 anos: Alegria e Gratidão

A Comissão Teológica Internacional escreveu: “Com gratidão e alegria, no dia 20 de maio de 2025, a Igreja Católica e todo o mundo cristão recordam a abertura do Concílio de Niceia, em 325” (JCFDS, 1). O documento deixa claro que há dois sentimentos que caracterizam a Igreja cristã diante das comemorações dos 1700 anos de Niceia. O primeiro sentimento é o de

“gratidão”.¹ A “gratidão” é um termo importante para os católicos.² O Novo Testamento traz o termo χάρις para “agradecer” (Gingrich; Danker, 2003, p. 222).³ A gratidão que temos por Niceia é fruto da maravilha que sentimos diante do Símbolo desse Concílio: “Celebrar Niceia no seu 1700º aniversário é, acima de tudo, maravilhamo-nos com o Símbolo que o Concílio nos legou e com a beleza do dom oferecido em Jesus Cristo, do qual ele é como um ícone em palavras” (JCFDS, 7). São interessantes os meios pelos quais os seres humanos buscam o conhecimento. Um deles é a maravilha.⁴

Da maravilha parte o caminho que levará o ser humano à descoberta de horizontes de conhecimentos sempre novos. São João Paulo II (Papa de 1978-2005) afirmou: “Sem tal assombro, o homem tornar-se-ia repetitivo e, pouco a pouco, incapaz de uma existência verdadeiramente pessoal” (FR, 4). A maravilha que alguém tem ao contemplar o Credo Niceno traz ao coração a gratidão necessária pela riqueza da mensagem apresentada. O Símbolo de Niceia inicia declarando “Creio em Deus”: esta primeira afirmação é a mais fundamental. Não há dúvida de que o Símbolo inteiro fala sobre Deus. É evidente que ele fala também do ser humano e do mundo; porém, sempre o faz pela relação que estes têm com Deus. “Os artigos do Credo dependem todos do

¹ Papa Francisco (1936-2025) disse: “O aniversário da sua realização convida os cristãos a unirem-se no louvor e agradecimento à Santíssima Trindade e, em particular, a Jesus Cristo, o Filho de Deus, ‘consustancial ao Pai’, que nos revelou este mistério de amor” (SnC, 17). A gratidão é especialmente a Jesus Cristo, porque ele nos revelou o mistério de amor de Deus.

² Ludwig Ott (1906-1985) explicou: “Católico significa ‘universal’. A Igreja é chamada de católica, sobretudo, por sua universalidade espacial, isto é, sua difusão por todo o globo. Devemos distinguir entre catolicidade virtual, isto é, o direito e o poder de se espalhar pelo mundo, e catolicidade atual, que é sua difusão efetiva por toda a Terra. A primeira foi uma característica distintiva da Igreja desde o início. A segunda, naturalmente, só pôde ser alcançada após um longo período de desenvolvimento histórico. A catolicidade atual pode ser física ou moral, dependendo se abrange todos os povos da Terra (embora não todos os indivíduos que os compõem) ou apenas a maioria deles. A catolicidade pressupõe unidade” (1997, p. 461-462).

³ Na Primeira Epístola aos Tessalonicenses, por exemplo, o autor cita χάρις com o sentido de “graça”, em sua famosa saudação: Χάρις ὑμῖν καὶ εἰρήνη (“a vós graça e paz”) [1,1]. O sentido de χάρις neste verso é o de “gratidão”. Explica William Hendriksen (1900-1982): “A gratidão que é a reação do crente quando, guiado pelo Espírito, ele foca sua atenção em sua própria falta de mérito e na grandeza da bondade de Deus para com ele” (2007, p. 55). Deus foi muito bondoso para conosco ao nos revelar seu mistério de amor. Assim, “sem a revelação, o homem passaria toda a sua vida e estaria na eternidade sem o menor conhecimento de Deus ou de sua negação (não existiria ‘teísmo’ nem ‘ateísmo’); por mais engenhosos que fossem os seus métodos” (Costa, 2004, p. 171).

⁴ São João Paulo II escreveu: “Os conhecimentos fundamentais nascem da maravilha que dele suscita a contemplação da criação: o ser humano enche-se de encanto ao descobrir-se incluído no mundo e relacionado com outros seres semelhantes, com quem partilha o destino” (FR, 4).

primeiro, da mesma forma que os mandamentos explicitam o primeiro deles. Os demais artigos nos fazem conhecer melhor a Deus tal como se revelou progressivamente aos homens” (CEC, 199). Devemos ser gratos a Deus por se revelar no Credo Niceno. Não é à toa que podemos afirmar que um dos termos que define a fé católica é “gratidão”.

O segundo sentimento presente na comemoração dos 1700 anos de Niceia é a “alegria”. Este termo é essencial para um povo festivo, como o católico. É nítido que herdamos a alegria religiosa dos hebreus: para eles, a alegria deve ser diária: “Este é o dia que Iahweh fez, exultemos e alegrem-nos nele” (Sl 118,24).⁵ O Novo Testamento também está permeado de alegria. Joseph Ratzinger (1927-2022) declara que “a história do cristianismo começa com a palavra χαίρε, alegra-te, que Lucas usa no início do anúncio do anjo a Maria sobre o nascimento de Jesus (Lc 1,28)” (1985, p. 87). Portanto, ele continua: “Para Lucas, essa palavra, que abre a história de Jesus e, portanto, a do cristianismo, implica uma designação programática do que o cristianismo é em virtude de sua própria natureza” (1985, p. 87).⁶

O ano de 2025 traz muita satisfação aos católicos ao recordarem o acontecimento de Niceia, um concílio que falou ontem e continua falando hoje. O Concílio de Trento (1545 a 1563), ao adjetivar o Credo de Niceia – sob a forma do Credo Niceno-Constantinopolitano, de 381 – como *Symbolum Fidei*, declarou que ele “... é lido em todas as Igrejas: o Símbolo da fé em uso na Santa Igreja Romana, como aquele princípio no qual todos os que professam a fé em Cristo convergem necessariamente, e como o fundamento sólido e único” (DH, 1500). Muitas vezes, Trento apelou ao *sensus Ecclesiae*, expressão entendida no sentido objetivo, ou seja, o que crê e mantém a Igreja, no sentido de enfatizar o que ela sempre manteve (Congar, 1997, p. 308). Sobre a atualidade

⁵ Santo Agostinho (354-430) comenta que a frase “este é o dia que Iahweh fez” quer dizer: “em que Ele me deu a Salvação (...) isto é, um dia em que Ele, o Mediador, se tornou a Pedra angular” (In: Schaff, 1997, p. 1210). O principal motivo que deixava Israel feliz era se sentir salvo por Deus.

⁶ A história do nascimento de Jesus é repetida com algumas variações nos Evangelhos, mas todas reforçando ainda mais a alegria que acentua o seu começo. Por exemplo, quando a história apresenta o anjo dizendo aos pastores “Vos anuncio uma grande alegria (χαρὰν μεγάλην)” (Lucas 2,10), o termo “anuncio” é εὐαγγελίζομαι, de εὐαγγελίζω, que quer dizer “anunciar boas novas” (Gingrich; Danker, 2003, p. 87). É fato que inserir o termo εὐαγγελίζω nesse contexto trouxe, de modo muito peculiar, o tom da alegria, porque ele foi destinado a conceder um nome por excelência à mensagem cristã e a sua expressão literária fundamental, por indicar uma mensagem boa e alegre. “Assim, toda a frase é formalmente imbuída do sentimento de alegria, do novo começo que deve reorientar tudo” (Ratzinger, 1985, p. 87).

permanente de Niceia, a Comissão Teológica Internacional escreveu: “A luz que a assembleia de Niceia lançou sobre a revelação cristã permite-nos descobrir uma riqueza inesgotável, que continua a aprofundar-se, ao longo dos séculos e entre as culturas, e a manifestar-se de formas cada vez mais belas e novas” (JCFDS, 2). Embasada nesses fatos, a alegria de uma fé viva, operante e atual pode permear o coração de cada católico.

2 Niceia professou um conteúdo de fé

A Comissão Teológica Internacional citou “a fé professada em Niceia” (JCFDS, 48). Isso afirma que Niceia professou um conteúdo de fé. Católicos e protestantes concordam que a fé das origens cristãs foi uma fé professada por meio de fórmulas confessionais.

Hermisten Costa ensinou que “a Bíblia apresenta diversas confissões que consistem em expressões de fé, as quais eram ensinadas” (2002, p. 25). Há evidências neotestamentárias de que existe um corpo doutrinário específico, considerado uma espécie de “depósito sagrado” da parte de Deus. No Novo Testamento, por exemplo, encontramos rico material: há referências às “tradições” (2Ts 2,15), à “Doutrina dos apóstolos” (At 2,42), à “sã doutrina” (2Tm 4,3; 1Tm 4,6; Tt 1,9) e à “tradição (dos apóstolos)” (1Co 11,2) (Costa, 2002, p. 25-26).⁷ As profissões de fé das Escrituras não se encontram apenas em expressões isoladas; elas podem ser unidas em algum tema essencial, como ocorre nas palavras da oração do “Pai-Nosso”. Sobre elas, Cipriano (200-258) afirmou que os mistérios da Oração do Senhor são “... condensados em palavras breves, mas cheias de força espiritual, a tal ponto que absolutamente nada é omitido e que a nossa prece e oração sejam um compêndio completo da doutrina celeste” (OS, 9). Isso significa que a riqueza existente nas cláusulas bíblicas está em seu embasamento espiritual, ou seja, naquilo que lhes dá força espiritual para edificar a fé da Igreja.

⁷ Ao abordar sobre as expressões de fé na Escritura, interessante foi a classificação de Heinrich Schlier (1900-1978): ele chamou a atenção para o fato de que, desde o início, existem dois tipos de confissão, linguisticamente distintos, embora intimamente ligados em conteúdo: a confissão nominal e a confissão verbal. Elas são classicamente justapostas em Romanos 10,9, onde a confissão de que “Jesus é Senhor” e o conteúdo da fé (expresso na frase “Deus o ressuscitou dentre os mortos”) aparecem juntos. A confissão aparece na forma de uma aclamação que, como uma aclamação juridicamente vinculativa, representava um gênero linguístico da época: “Jesus é Senhor”. A aclamação nominal, que declara o que e quem Jesus é, juntamente com a afirmação verbal da fé, que formula o que Deus fez em e por meio de Jesus, constitui a “palavra da fé”, o Evangelho (Ratzinger, 1985, p. 18-19).

Sobre a existência das confissões de fé na Igreja Antiga, Ratzinger escreveu: “A Igreja nascente expressou este centro de fé mediante formulações confessionais” (1985, p. 18). Então, “desde a origem, a Igreja apostólica exprimiu e transmitiu sua própria fé em fórmulas breves e normativas para todos” (CEC, 186). Naqueles tempos antigos, a Igreja desejava recolher o essencial de sua fé em resumos orgânicos e articulados, destinados aos candidatos ao batismo (CEC, 186). Testemunha esse fato São Cirilo de Jerusalém (313-386). Ele escreveu: “Visto que nem todos podem ler as Escrituras, sendo alguns impedidos de conhecê-las por falta de conhecimento, e outros, por falta de tempo, para que a alma não pereça por ignorância, resumimos toda a doutrina da fé em poucas linhas” (CL, 5,12). São Cirilo desejava que seus ouvintes memorizassem esse resumo quando ele o recitasse, repetindo-o com toda a diligência entre eles. Ele os aconselhava: “Não o escrevendo em papel, mas gravando-o de memória em seus corações” (CL, 5,12). E concluiu: “Pois os artigos da fé não foram compostos como parecia bom aos homens; mas os pontos mais importantes reunidos de toda a Escritura constituem um ensinamento completo da fé” (CL, 5,12).

“Estas sínteses da fé chamam-se ‘profissões de fé’,⁸ pois resumem a fé que os cristãos professam” (CEC, 187). O ensino dessas profissões de fé é preocupação perene no pensamento católico. O Catecismo Romano (promulgado em 1566 por Pio V, papa de 1566 a 1572 [DH, p. 468]), por exemplo, enfatiza que é dever dos párocos explicar aos seus fiéis o conteúdo dos credos. De acordo com Marc Venard (1929-2014), esse Catecismo foi dirigido aos párocos com o objetivo de que eles instruísem os fiéis adequadamente: “Podemos dizer, sem exagero, que o Catecismo romano constitui o principal canal através do qual o concílio de Trento chegou à massa dos católicos” (2005, p. 350). Ao explicar a primeira cláusula do Credo Apostólico, “Creio em Deus Pai”,

⁸ Giuseppe Alberigo (1926-2007) explicou: “De um lado, os grandes concílios da antiguidade, reunidos por iniciativa da autoridade imperial e celebrados à sombra do seu manto, tiveram uma característica própria, dentro da tradição do cristianismo oriental de língua grega. Aí sobressaem três elementos: a concentração primária na formulação de ‘profissões de fé’ (*oroi*). Profissões que nascem da vital necessidade de ‘prestar contas da fé’, ainda que em larga medida condicionadas pelo confronto com as correntes heréticas. Às profissões acrescentam-se disposições disciplinares para a vida interna das comunidades (*cânones*). Em segundo lugar, a participação dos trabalhos conciliares é ‘aberta’ tanto a teólogos quanto a leigos, embora essencial (mas não exclusiva) a intervenção de bispos e, aos poucos, se torne *conditio sine qua non* o envolvimento dos cinco patriarcas apostólicos (pentarquia). Constitui também um fator bastante destacado a participação de representantes dos ambientes monásticos, dado seu crescente prestígio espiritual e social. (2005, p. 5-6).

o Catecismo declarou: “Mas como quase cada uma destas palavras envolve grandes mistérios, é obrigação do pároco explicá-las mais amplamente, para que o povo cristão, quanto o permitir a graça de Deus, aprenda a contemplar, com temor e tremor, a glória de sua majestade” (I, 2, 1).

O atual *Catecismo da Igreja Católica* (cuja publicação da edição típica latina foi autorizada por São João Paulo II, papa de 1978 a 2005, em 1997 [LM, p. 4]) também aborda a fé professada. Esse Catecismo permanece como fruto do Concílio Vaticano II (1962 a 1965). São João Paulo II escreveu: “... este Catecismo trará um contributo muito importante àquela obra de renovação da vida eclesial inteira, querida e iniciada pelo Concílio Vaticano II” (FD, p. 9). O *Catecismo da Igreja Católica* é considerado um importante instrumento de catequese, que envolve tanto os párocos quanto os leigos. Francisco explicou que existem quatro elementos que sintetizam o tesouro de memória que a Igreja transmite: a confissão de fé, a celebração dos sacramentos, o caminho do Decálogo e a oração. “À volta dele se estruturou tradicionalmente a catequese da Igreja, como se pode ver no Catecismo da Igreja Católica, instrumento fundamental para aquele ato com que a Igreja comunica o conteúdo inteiro da fé, ‘tudo aquilo que ela é e tudo quanto acredita’” (LF, 46).⁹

O *Catecismo da Igreja Católica* busca proteger os católicos para que não permitam que as cláusulas da profissão de fé se tornem meras fórmulas sem nenhum sentido: “Não cremos em fórmulas, mas nas realidades que elas expressam e que a fé nos permite ‘tocar’” (CEC, 170). Tomás de Aquino (1225-1274) tratou desse assunto ao abordar a fé:¹⁰ “Ora, o ato do crente não termina num juízo, mas numa realidade; pois, não formamos juízos senão para, desse modo, chegarmos ao conhecimento da realidade, tanto na ciência como na fé”

⁹ São João Paulo II expressou sua alegria com o texto e o objetivo do Catecismo, através da pergunta retórica: “Como não havemos de agradecer de todo o coração ao Senhor, neste dia em que podemos oferecer a toda a Igreja, com o título de Catecismo da Igreja Católica, este ‘texto de referência’ para uma catequese renovada nas fontes vivas da fé?” (FD, p. 9).

¹⁰ Tomás de Aquino analisa que parece que o objeto da fé nada tem de complexo, porque, segundo uma opinião, a exposição da fé contida no Símbolo Apostólico não se compõe de objetos de juízo (isto é, de enunciados), mas de realidades. Dessa maneira, o Símbolo não afirma que “Deus é onipotente”, mas “creio em Deus onipotente”. Com esse raciocínio, o objeto da fé não é o do juízo (o enunciado), mas a realidade (ST, IIa IIæ, I, 2, Praet. 2). Contra isso, Aquino responde que o Símbolo exprime o que é de fé, enquanto que nisso está concluído o ato do crente, conforme aparece do mesmo modo da expressão: “Ora, o ato do crente não termina num juízo, mas numa realidade; pois, não formamos juízos senão para, desse modo, chegarmos ao conhecimento da realidade, tanto na ciência como na fé” (ST, IIa IIæ, I, 2, ad 2). Destarte, para Aquino, o ato de fé do crente não para no enunciado, mas chega à realidade que fora enunciada.

(ST, IIa IIæ, I, 2, ad 2). Destarte, para Aquino, o ato de fé do crente não para no enunciado, mas chega à realidade que fora enunciada (CEC, 170). “Todavia, temos acesso a essas realidades com o auxílio das formulações da fé. Estas permitem expressar e transmitir a fé, celebrá-la em comunidade, assimilá-la e vivê-la cada vez mais” (CEC, 170).

3 Niceia defendeu e clarificou a *fides quae* católica

A Comissão Teológica Internacional afirma: “A primeira ideia que temos do Concílio de Niceia é que foi um Concílio dogmático que defendeu e clarificou a *fides quae* cristológica e trinitária. E é uma ideia legítima” (JCFDS, 103). Para entendermos isso, é necessário sabermos a diferença entre a fé como ato, *fides qua creditur* (a fé pela qual se crê), e a fé manifestada por meio da revelação, *fides quae creditur* (a fé em que se crê). Este ponto propõe-se a explicar essa diferença, e não necessariamente a elucidar de que modo Niceia clarificou a *fides quae* cristológica e trinitária.

Gerhard Müller (n. 1947) explicou: “A fé como ato (*fides qua creditur*) de uma relação pessoal com Deus, se diferencia, na origem e na realização, do mero exame dos fatos próprios da razão científica” (2015, p. 21). Entretanto, isso não exclui que o conteúdo da verdade (seja sobre Deus, seja sobre a salvação do ser humano manifestada por meio dessa revelação [*fides quae creditur*]), seja refletido com auxílio dos métodos científicos e demonstrado em sua relação abrangente com a compreensão da realidade, especialmente quanto à questão da salvação do ser humano. A fé cristã não se concebe como a manifestação de uma experiência irracional situada além da referência racional ao mundo, muito menos como um êxtase religioso espontâneo ou como um elemento de uma cosmovisão especulativa (gnose, esoterismo, teosofia ou new age). “Antes, pretende apresentar, definitivamente, a origem e o destino do ser humano no horizonte de sua relação pessoal com Deus, o Criador, o Redentor e o Consumador do mundo” (Müller, 2015, p. 21). Portanto, quando se afirma que a fé professada em Niceia possui um rico conteúdo dogmático que clarificou a *fides quae* cristológica e trinitária, isso significa que Niceia explicou os conteúdos cristológicos e trinitários da revelação, tornando-os mais compreensíveis.

A Comissão Teológica Internacional trouxe à tona, nesse aspecto “clarificador doutrinário”, os credos de modo interessante. Foi dito que “a fé de Niceia permanece um ‘*symbolon*’ (...), ou seja, uma confissão de fé” (JCFDS, 53).

A Comissão segue o *Catecismo da Igreja Católica*, que declara que as sínteses da fé se denominam também “Símbolos da fé” (n. 187). O que isso significa? O termo grego σύμβολον¹¹ é formado pela preposição σύν (“junto com”) e pelo verbo βάλλω (“atirar” ou “lançar”). Portanto, “símbolo” tem o sentido de “comparar”, “lançar junto”, “confrontar” e “pôr junto com” (Costa, 2002, p. 15; Sartore, 2009, p. 1143). O Catecismo da Igreja Católica também explica a questão com as seguintes palavras: “A palavra grega ‘symbolon’ significava a metade de um objeto quebrado (por exemplo, um sinete) que era apresentada como sinal de reconhecimento. As partes quebradas eram juntadas para se verificar a identidade do portador” (n. 188).

Existe a clara ideia de “dualismo” embutida no conceito de símbolo – separação e junção –, já que as duas partes são separadas para serem reunidas. “O símbolo só tem valor porque aponta para a realidade simbolizada, e a realidade simbolizada carece daquele sinal que a referencia” (Costa, 2002, p. 16).¹² Em outras palavras, isso significa que “símbolo” se relaciona com algo que ultrapassa o seu valor intrínseco, possuindo a função intencional de apontar para além de si mesmo. Então, o seu verdadeiro significado está em sua superação (Costa, 2002, p. 17).

A palavra σύμβολον (e *symbolum*) passou a ter um uso importante na literatura cristã: foi empregada pela primeira vez por Cipriano (200-258), em 250, nas suas *Epístolas*, referindo-se ao cismático Novaciano (Costa, 2002, p. 24). No texto, o Bispo de Cartago critica aqueles que entendem que o cismático Novaciano possui a mesma lei que a Igreja Católica ou o mesmo símbolo com o qual os católicos batizam. A conclusão de Cipriano é que não existe o mesmo

¹¹ Alguns fatos históricos encontram-se ligados à definição de símbolo. Estes ajudam a entender o significado desse termo. Ambrósio de Milão (c. 334-397) elucidou que o termo símbolo significa “contribuição”. “Principalmente os comerciantes se acostumam a falar de contribuição quando juntam seu dinheiro e a soma assim reunida pela contribuição de cada um é conservada inteira e inviolável, se bem que ninguém ouse cometer fraude em relação à contribuição” (ExS, 2). Hermisten Costa explica que “na Antiguidade, quando era formalizado um contrato, um objeto era partido e dividido entre as partes contratantes; cada parte do objeto dividido era um ‘símbolo’ de identidade para a junção com o outro pedaço” (2002, p. 15-16). Havia, portanto, um “fragmento” que exigia ser completado por outra parte com o objetivo de formar uma realidade completa e funcional. Nas palavras de Domenico Sartore (n. 1946): “Em nível etimológico-semântico primário, indicava uma parte, um fragmento que exigia ser completado por outra parte para formar uma realidade completa e funcional” (2009, p. 1143).

¹² Santo Agostinho trabalha com essa ideia ao abordar sobre o *signum*: “Daí se deduz que denomino sinais a tudo o que se emprega para significar alguma coisa além de si mesmo. É porque todo sinal é ao mesmo tempo alguma coisa, visto que, se não fosse alguma coisa, não existiria. Mas, por outro lado, nem toda coisa é ao mesmo tempo sinal” (DC, I, 2, 2).

credo, nem o mesmo interrogatório batismal entre católicos e cismáticos.¹³ Houve, portanto, o uso do termo *symbolum* para indicar o conteúdo da fé. Nesse sentido, o “símbolo da fé” é um sinal de reconhecimento e de comunhão entre os que creem. “Symbolon’ passa, em seguida, a significar coletânea, coleção ou sumário. O ‘símbolo da fé’ é a coletânea das principais verdades da fé. Daí o fato de ele servir como ponto de referência primeiro e fundamental da catequese” (CEC, 188).

A Comissão Teológica Internacional define o conteúdo de Niceia como “símbolo”, no sentido de ser um sumário da fé, ou seja, uma coletânea que serve como ponto de referência. Por isso, Niceia constitui uma confissão de fé. É importante entendermos isso para distinguirmos entre “confissão de fé” e uma definição teológica mais precisa da fé. Este último caso é entendido pelo termo grego ὄρος, que quer dizer “limite” (ὄρος. In: Gingrich; Danker, 2003, p. 148) ou “fronteira” (Dulon, ὄριζω, 2007, v. I, p. 550), e foi traduzido para o latim *definitio*, que significa “circunscrição”, “determinação” ou “especificação” (*Definitio*. In: Saraiva, 2006, p. 345). *Horos* e *definitio* são traduzidos para o português como “definição” (*Horismós* (ho); *hóros* (ho)). In: Cobry, 2007, p. 76). O uso eclesiástico de *horos* é bem sugestivo: ao significar “linha de fronteira” e indicar que algo possui contornos bem precisos (Ratzinger, 1976, p. 100), trata-se de “uma interpretação ou de uma definição teológica técnica mais precisa, destinada a proteger a fé” (JCFDS, 53). Esse sentido de *horos* encontramos, por exemplo, no Concílio de Calcedônia (JCFDS, 53). Sendo uma confissão de fé, e não uma definição teológica mais precisa, a confissão de Niceia é uma formulação positiva e uma clarificação da fé bíblica. Assim, Niceia não pretende ser uma nova definição, mas uma evocação da fé dos apóstolos (JCFDS, 53). Os credos não pretendiam ser uma exposição exaustiva da fé, mas uma declaração de fé dos pontos considerados essenciais à existência da Igreja Cristã (Costa, 2002, p. 26).¹⁴

¹³ Cipriano escreve: “Mas se alguém se opõe, dizendo que Novaciano mantém a mesma lei que a Igreja Católica mantém, batiza com o mesmo símbolo com o qual nós batizamos, conhece o mesmo Deus e Pai, o mesmo Cristo Filho, o mesmo Espírito Santo, e que por esta razão ele pode reivindicar o poder de batizar, ou seja, que ele parece não diferir de nós no interrogatório batismal; que qualquer um que pense que isso pode ser objetado, saiba, antes de tudo, que não há uma lei do Credo, nem o mesmo interrogatório comum a nós e aos cismáticos” (Ep., 75,7).

¹⁴ Os Credos também tiveram outra utilidade: por causa do medo da perseguição, ao invés de serem escritos, eles eram memorizados e, se necessário, recitados como testemunho da fé da Igreja (Costa, 2002, p. 28). Sobre o Credo Apostólico, por exemplo, Ambrósio de Milão escreveu: “Os santos apóstolos reunidos juntos fizeram um resumo da fé, a fim de que pudéssemos compreender brevemente o elenco de toda a nossa fé. A brevidade é necessária, para que ela seja sempre mantida na memória e na lembrança” (ExS, 2).

4 A fé que Niceia professou possui um rico conteúdo dogmático

A Comissão Teológica Internacional afirma que “a fé professada em Niceia tem um rico conteúdo dogmático” (JCFDS, 48). Também foi dito, na mesma linha de raciocínio, que “neste sentido, é possível destacar um verdadeiro tesouro espiritual do Concílio de Niceia e do seu Símbolo, uma ‘fonte de água viva’ da qual a Igreja é chamada a beber hoje e sempre” (JCFDS, 48). Duas reflexões extraio dessas colocações.

A primeira é que a teologia católica é substancial em seus argumentos. A teologia de Niceia embasa a teologia católica em sua profundidade, uma teologia que é rica tanto em quantidade quanto em qualidade. Este foi o principal fator para que eu escolhesse ser católico: minha conversão ocorreu graças à compreensão do que fui lendo sobre a fé católica durante alguns anos.¹⁵ Nuno Brás Martins (n. 1963), diante dessa riqueza de conteúdo católico, observou que a teologia se encontra atualmente diante de uma encruzilhada, parecendo se encontrar em um beco sem saída. Especialmente a teologia católica aparenta ter esgotado o “paradigma conciliar da comunhão” como princípio norteador da reflexão teológica. Assim, “os teólogos deixaram de ousar uma apresentação sistemática de todos os tratados teológicos, preferindo antes uma especialização em determinadas áreas de reflexão, mesmo devido à própria quantidade de produção científica” (2003, p. 19). Essa crítica de Martins não é superficial, como se ele criticasse a organização da teologia em áreas. Seu propósito é destacar que a teologia precisa ser estudada como um todo, mesmo que alguém se especialize em determinada área. Esse “princípio da totalidade” está embasado no paradigma da comunhão que deve nortear a reflexão teológica (Martins, 2003, p. 19).

As ciências teológicas sentiram, mais recentemente, os influxos dos tempos modernos, ao recusarem uma pesquisa teológica voltada a justificar as afirmações dogmáticas do Magistério, colocando, em seu lugar, o princípio

¹⁵ Gerhard Müller (n. 1947) escreveu que “a teologia católica ensinada hoje nas universidades, escolas superiores e seminários oferece, no seu conjunto e nas suas disciplinas singulares, uma gama praticamente inimaginável de material científico” (2018, p. 19). É perceptível que jamais, conforme nosso tempo, a produção teológica foi tão grande, existindo um grande número de revistas, livros, editoras e universidades que publicam, investigam e ensinam teologia (Martins, 2003, p. 19). Essa diversidade da teologia cristã não pode ser desdenhada como se fosse uma mera carga histórica. Tal amplitude é consequência necessária da pretensão de validade universal da fé cristã. Assim, “ao reconhecer a verdade de que Deus se revelou na criação, na redenção e na reconciliação como a origem e o fim do ser humano e do mundo, a teologia está obrigada a não excluir, por princípio, nada como possível objeto da sua reflexão” (Müller, 2018, p. 19).

crítico que caracteriza a modernidade. “Assim, a dúvida metódica cartesiana fez o seu ingresso na teologia e, com ela, foi assumida a tarefa de colocar tudo em causa: o que era tido como certeza foi interrogado – e não apenas interrogado, mas, em casos extremos, tomada à partida com desconfiança” (Martins, 2003, p. 19-20). Isso teve consequências nos estudos teológicos. Por exemplo, na exegese, muitos estudos críticos assimilaram simplisticamente a Sagrada Escritura à literatura dos povos vizinhos, como uma entre muitas outras. “Na dogmática, a consciência da historicidade do dogma levou muitos teólogos a retirar-lhe qualquer pretensão de expressão perene da verdade” (Martins, 2003, p. 20). A teologia teve um bom mérito de dialogar com a modernidade. Entretanto, conclui Martins, ao procurar demonstrar a independência dos teólogos diante de todo o tipo de preconceito, a teologia, inúmeras vezes, esqueceu-se da existência de um método que lhe era próprio, transformando-se em uma entre as muitas ciências humanas, ou ainda, como a síntese de todas elas, “... assumindo aqui um pouco de sociologia, além de psicologia, de história ou de filosofia; e, sobretudo, recusou ser uma actividade a realizar no interior da fé eclesial” (2003, p. 20).

É importante que a teologia católica, sem olvidar outras propostas de conhecimento, valorize o seu rico legado, aprendido pela revelação de Deus.¹⁶ Bento XVI (Papa de 2005 a 2013) ensinou que, onde a Sagrada Escritura é separada da voz viva da Igreja, ela se torna vítima das controvérsias dos peritos. “Sem dúvida, tudo o que eles têm para nos dizer é importante e precioso; o trabalho dos sábios é, para nós, um grande contributo para poder compreender aquele processo vivo com o qual a Escritura cresceu e para compreender a sua riqueza histórica” (Hom. (07/05/2005)), 2017, t. 1, p. 54). Contudo, continua o Papa: “... a ciência sozinha não nos pode fornecer uma interpretação definitiva e vinculante; não é capaz de nos fornecer, na interpretação, aquela certeza com a qual podemos viver e pela qual podemos até morrer” (Hom. (07/05/2005)), 2017, t. 1, p. 54-55). O católico, portanto, ao ler teologia, não se entrega apenas a uma leitura que lhe informa algo. Ele se depara com algo mais profundo: uma mensagem que orienta e transforma.¹⁷

¹⁶ Giacomo Biffi (1928-2015) escreveu: “O método teológico exige que a inteligibilidade de qualquer realidade seja procurada dentro do patrimônio da divina Revelação; que toda questão seja analisada sob uma ótica sobrenatural; que cada argumento seja ponderado à luz da Palavra de Deus” (2009, p. 29). Essa ótica sobrenatural proposta por Biffi deve embasar a busca teológica. Não se trata de tornar o conteúdo teológico ininteligível ou supersticioso, mas de analisar todas as coisas com os olhos da fé.

¹⁷ Bento XVI, ao explicar a palavra de Isabel, “Bendita aquela que acreditou” (Lc 1,45), dita no Magnificat de Maria, afirmou que o primeiro e fundamental ato para se tornar morada de

A segunda reflexão, sobre a colocação de que a fé de Niceia possui um rico conteúdo dogmático, é que o Concílio deve ser inserido dentro da Teologia Dogmática.¹⁸ Bernardo Bartmann (1860-1938) explicou: “Com o nome de Dogmática ou Teologia Dogmática entende-se hoje a exposição científica, isto é, em forma orgânica e com unidades sistemáticas, das verdades e dos fatos sobrenaturais, concernente à salvação e contidos na Revelação” (1964, v. 1, p. 11). E continuou: “É evidente que esta exposição pressupõe a unidade objetiva e a conexão lógica da Revelação mesma. Fosse esta um caos, dela a Teologia não poderia extrair um sistema coerente, quando muito, uma artificiosa composição” (1964, v. 1, p. 11). A Teologia Dogmática é, portanto, uma exposição científica que trabalha com uma visão global das disciplinas teológicas singulares, analisando a coerência interna de seus conteúdos, os quais, em grande parte, foram retirados da revelação divina.

Para os católicos, os dogmas são importantes. A característica que distingue a teologia católica das outras comunhões é o reconhecimento de doutrinas de fé obrigatórias. John O'Donnell explica: “A Igreja Católica reconhece sua capacidade de proclamar a fé a todas as gerações de modo autorizado” (1999, p. 15). Essa capacidade da Igreja advém de sua função materna de ensinar. Um dos títulos mais belos que a Igreja recebeu foi o de “Mãe dos fieis”. Cipriano (200-258) o utiliza em alguns de seus escritos. Por exemplo,¹⁹ a mais famosa frase de Cipriano nesse assunto está registrada em sua obra *A Unidade da Igreja Católica*: “Não pode ter Deus por Pai quem não

Deus e encontrar a felicidade definitiva é crer, ou seja, é a fé no Deus que se manifestou em Jesus Cristo e se fez sentir na palavra divina da Sagrada Escritura. Assim, “crer não significa acrescentar uma opinião às outras. E a convicção, a fé que Deus existe não é uma informação como as outras. Sobre muitas informações, pouco nos importa se são verdadeiras ou falsas, pois não mudam a nossa vida” (Ang., (15/08/2005). In: Idem, 2017, p. 303). Porém, ele continua, “... se Deus não existe, a vida é vazia, o futuro é vazio. E se Deus existe, tudo se transforma, a vida é luz, o nosso futuro é luz e temos a orientação para a nossa vida” (Ang., (15/08/2005). In: Idem, 2017, p. 303).

¹⁸ Para G. Müller, “a dogmática assume a função de integrar num quadro global os resultados das disciplinas teológicas singulares” (2018, p. 19). Ele também afirma que “a dogmática se pergunta pela consistência e coerência interna dos diferentes enunciados de fé que desenvolve a partir do fundamento único da revelação de Deus, como Pai de Jesus Cristo, e de ‘seu Filho’” (2018, p. 21).

¹⁹ Na obra *Os Lapsos*, ao saudar os que retornavam vitoriosos da perseguição do imperador Décio (201-251) [defensor acentuado e fomentador das tradições romanas (Freitas, 2016, p. 72), sendo, inclusive, chamado de restitutor sacrorum, isto é, o “restaurador das sagradas tradições” (Zecchini, 1993, p. 129-130), aquele que considerava o descaso com os deuses e a religião tradicional o motivo dos infortúnios do Império (Freitas, 2016, p. 72)], escreveu: “Ó, como vos recebe alegremente em seu seio a Mãe Igreja, vós que retornais da batalha! Quão feliz, quão jubilosa ela abre suas portas para que entreis em fileiras compactas, levantando os troféus tirados do inimigo vencido!” (n. 3).

tem a Igreja por Mãe” (n. 6). De acordo com Yves Congar (1904-1995), “... os Padres consideravam a maternidade da Igreja [como aquela] que apontava os fiéis como geradores da Igreja mediante a própria unidade” (1969, p. 52). Assim, o atributo “Mãe” referia-se originalmente à geração e à formação dos cristãos (Congar, 1969, p. 50).

Esta função materna da Igreja de ensinar lhe dá o direito de formular dogmas, não no sentido de oprimir seus filhos com leis severas e difíceis de praticar, mas no sentido de direcioná-los à maturidade nesta vida, encaminhando-os, em Cristo, para a bem-aventurança eterna. O termo grego δόγμα quer dizer “doutrina”, “ensinamento”. Ele é oriundo do verbo δοκέω, que significa “crer” e “pensar”. De dogma temos a palavra δογματικός, que quer dizer “doutrinal”, indicando algo de natureza dogmática. Dogmático foi um termo usado criticamente pelos cétricos em relação a seus adversários (Dógma. In: Cobry, 2007, p. 44). Se, em tempos antigos, “dogma” tinha o sentido de “doutrina”, “sentença”, “princípio” e “máxima”, “foi só no século XVIII que [ele] foi empregado em seu sentido moderno estrito e, mesmo assim, ao falar antes de tal dogma em vez de do dogma, como foi feito dali em diante. As noções de *fides* e *haeresis* conheceram um processo semelhante de restrição de sentido” (Congar, 1997, p. 309). Desse modo, de acordo com Bartmann, “chama-se dogma (dogma catholicum) uma verdade religiosa revelada sobrenaturalmente por Deus e, como tal, proposta a crer pela Igreja” (1964, v. 1, p. 15). Portanto, existem duas características essenciais dos dogmas: uma é interna e objetiva, a saber, o fato de estar contido na revelação; a outra é externa e jurídica, referindo-se à proclamação por parte da Igreja (Bartmann, 1964, v. 1, p. 15).

Por que existem os dogmas?²⁰ Por que o Credo Niceno, redigido em 325, precisa ser lido e crido 1700 anos depois? A base da necessidade de declarações

²⁰ Há, em nossa sociedade, de modo geral, receio de dogmas. A grande questão alegada é: será que os dogmas eclesiais não privam os seres humanos que se adequam a eles de sua liberdade, retirando a capacidade de agir por conta própria? A resposta partirá do entendimento que a pessoa possui de dogma. Os dogmas da Igreja buscam harmonizar o indivíduo com sua fé, com a Trindade Santa, com o próximo e com a criação divina. Neste sentido, os dogmas buscam o bem. O Catecismo da Igreja Católica redige que existe uma conexão orgânica entre os dogmas e a vida espiritual do ser humano: “Os dogmas são luzes no caminho de nossa fé que o iluminam e tornam seguro. Na verdade, se nossa vida for reta nossa inteligência e nosso coração estarão abertos para acolher a luz dos dogmas da fé” (n. 89). Os dogmas são luzes que iluminam e tornam seguro nosso caminho, e não pedras de tropeço para ele. Por isso, O’Donnell disse: “A Igreja católica reconhece sua capacidade de proclamar a fé a todas as gerações de modo autorizado. Os dogmas da Igreja são essas programações, naturalmente teológicas, pelas quais a própria Igreja assume a responsabilidade” (1999, p. 15).

dogmáticas é o acontecimento decisivo da salvação em Cristo, válido para todos os tempos. Para alcançarmos a Deus, o mistério de Cristo permanece em nosso caminho. “Mas, uma vez que os homens de cada geração precisam de Cristo para a sua salvação, a Igreja deve estar em condições de proclamar a boa nova de Cristo a cada época. E a Igreja faz isso por meio das formulações dogmáticas” (O’Donnell, 1999, p. 15). O conteúdo do Credo Niceno pertence ao campo de estudo dogmático, mas seu conteúdo não é necessariamente um dogma de fé: trata-se de uma clarificação e uma síntese do que crê a Igreja Católica. O ensinamento da Mãe Igreja amadurece seus filhos, porque ela conhece o que é o melhor para eles. Esse foi outro motivo que embasou minha conversão ao catolicismo: a convicção de que a Mãe Igreja, iluminada pelo Santo Espírito, sabe educar e cuidar.

Considerações finais

O mundo cristão se alegra e se sente grato pelo legado do Concílio de Niceia. A profissão de fé declarada nesse Concílio norteia e assegura a fé dos cristãos nas Pessoas e na obra da Trindade Santa. Partindo da Revelação divina, Niceia trabalha com temas dogmáticos, constituindo-se na base para o tão importante estudo da dogmática católica.

As palavras contidas neste artigo têm por objetivo reconhecer que a fé da Igreja é viva e que a sua mensagem pode transformar os corações que se entregam a ela. O Concílio de Nicéia fala aos católicos e aos membros de outras Igrejas Cristãs. Trata-se, portanto, de um apelo à unidade dos cristãos na pessoa de Cristo, o Salvador. Ao pretender guardar o depósito da fé transmitido pelos apóstolos, o Concílio pretende trazer *koinonia* aos cristãos. Atualmente, isso significa fortalecer os laços ecumênicos entre as diversas Igrejas de origem cristã. O conteúdo de Niceia não fecha a fé em muros, mas abre grandes portões, que devem permanecer sempre abertos ao diálogo e ao entendimento mútuo.

Referências

AMBRÓSIO DE MILÃO. *Explicação do símbolo; Sobre os sacramentos; Sobre os mistérios; Sobre a penitência*. São Paulo: Paulus, 2015. (Coleção Patrística, n. 5).

BARTMANN, Bernardo. *Teologia dogmática*. São Paulo: Paulinas, 1964. (Vol. 1: Revelação e fé, Deus, a criação).

BENTO XVI. Angelus (Assunção de Nossa Senhora, 15/08/2005). In: Idem. *Um caminho de fé antigo e sempre novo: pregações para o ano litúrgico*. São Paulo: Molokai, 2017. p. 301-304. [Tomo 4]. (Coleção Ratzinger, n. 3).

BENTO XVI. Posse como Bispo de Roma na Basílica de São João de Latrão (07/05/2005). In: Idem. *Um caminho de fé antigo e sempre novo: pregações para o ano litúrgico*. São Paulo: Molokai, 2017. p. 51-57. [Tomo 1, Ano A]. (Coleção Ratzinger, n. 3).

BIFFI, Giacomo. *Para amar a Igreja*. Belo Horizonte: Centro de cultura e formação cristã da Arquidiocese de Belém do Pará; Editora O Lutador, 2009.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 2006

CATECISMO ROMANO: Promulgado pelo Sacrossanto Concílio de Trento. Rio de Janeiro: CDB, 2024.

CIPRIANO DE CARTAGO. A oração do Senhor. In: Idem. *Obras completas (I)*. São Paulo: Paulus, 2016. p. 171-203. (Coleção Patrística, 35/1).

CIPRIANO DE CARTAGO. A unidade da Igreja Católica. In: Idem. *Obras completas (I)*. São Paulo: Paulus, 2016. p. 129-155. (Coleção Patrística, 35/1).

CIPRIANO DE CARTAGO. Os Lapsos. In: Idem. *Obras completas (I)*. São Paulo: Paulus, 2016. p. 85-117. (Coleção Patrística, 35/1).

COBRY, Ivan. Vocabulário grego da filosofia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador - 1700º aniversário do Concílio Ecumênico de Niceia (325-2025)*. Brasília: Edições CNBB, 2025. (Documentos da Igreja, n. 76).

CONGAR, Yves. A Igreja Mãe. In: RAHNER, Karl; HÄRING, Bernhard (Orgs). *A Igreja em nossos dias*. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1969. p. 49-62.

CONGAR, Yves. As normas de fidelidade e identidade cristãs ao longo da História da Igreja (1973). In: Idem. *Igreja e papado*. São Paulo: Loyola, 1997. p. 297-312.

COSTA, Hermisten. *Eu creio*. São Paulo: Parakletos, 2002.

COSTA, Hermisten. *Raízes da teologia contemporânea*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

CYPRIAN. The Epistles of Cyprian. In: SCHAFF, Philip. *The Ante-Nicene Fathers*. Albany, OR USA: Books for the Ages, 1997. p. 565-863. (Vol. 5: Hippolytus, Cyprian, Caius, Novatian).

DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas, Loyola, 2007.

DULON, G. ὀπίσω. In: BROWN, Colin; COENEN, Lothar (Orgs.). *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2007. p. 550-551. (Vol. I: A-M).

FRANCISCO. *Lumen Fidei*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013. (Carta Encíclica, 29/06/2013).

FRANCISCO. *Spes non confundit*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/20240509_spes-non-confundit_bolla-giubileo2025.html. Acesso em: 07 jun 2025.

FREITAS, Heres D. de O. Os lapsos (Introdução). In: Cipriano de Cartago. *A unidade da Igreja Católica. Obras completas (I)*. São Paulo: Paulus, 2016. p. 69-83. (Coleção Patrística, 35/1).

GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. *Léxico do N.T. grego/português*. São Paulo: Vida Nova, 2003.

HENDRIKSEN, William. *Comentário do NT (1 e 2 Tessalonicenses, Colossenses e Filemon)*. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

JOÃO PAULO II. *Fidei Depositum*. In: *Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 2006. p. 7-12.

JOÃO PAULO II. *Fides et ratio*. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 2006. [Encíclica de 1998]

JOÃO PAULO II. *Laetamur magnopere*. In: *Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 2006. p. 4-6.

MARTINS, Nuno B. *Introdução à Teologia*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.

MÜLLER, Gerhard L. *Dogmática católica: teoria e prática da teologia*. Petrópolis: Vozes, 2018.

O'DONNELL, John. *Introdução à Teologia Dogmática*. São Paulo: Loyola, 1999.

OTT, Ludwig. *Manual de teologia dogmática*. 5. ed. Barcelona: Herder, 1987.

RATZINGER, Joseph. ¿Qué es hoy constitutivo para la fe cristiana? (1975). In: *Idem. Teoría de los Principios Teológicos: materiales para una teología fundamental*. Barcelona: Herder, 1985. p. 15-29.

RATZINGER, Joseph. Contradições no livro “Infalível?”, de Hans Küng. In: RAHNER, Karl (Coord.). *O problema da infalibilidade: respostas à interpretação de Hans Küng*. São Paulo: Loyola, 1976. p. 92-112.

RATZINGER, Joseph. La fe como confianza y alegría: evangelio (1977). In: *Idem. Teoría de los Principios Teológicos: materiales para una teología fundamental*. Barcelona: Herder, 1985. p. 87-97.

S. CYRIL OF JERUSALEM. Catechetical Lectures. In: SCHAFF, Philip. *The Nicene and Post-Nicene fathers*. Albany, OR USA: Books for the Ages, 1997. p. 105-353. (Vol. 7 (Second series): S. Cyril of Jerusalem; Saint Gregory of Nazianzen).

SANTO AGOSTINHO. *A doutrina cristã: manual de exegese e formação cristã*. São Paulo: Paulus, 2016. (Coleção Patrística, 17).

SARAIVA, F. R. dos S. *Novíssimo dicionário latino-português*. 12. ed. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006.

SARTORE, Domenico. Sinal/Símbolo. In: Idem; TRIACCA, Achille M. *Dicionário de liturgia*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2009. p. 1142-1151.

ST. AUGUSTIN. On The Psalms. In: SCHAFF, Philip. *The Nicene and Post-Nicene fathers*. Albany, OR USA: Books for the Ages, 1997. p. 13-1482. (Vol. 8 (First series): Augustin: Expositions on the Book of Psalms).

TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. 4. ed. Campinas: Ecclesiae, 2016. (Vol. 3: IIa IIæ).

VENARDI, Marc. O concílio lateranense e o tridentino. In: ALBERIGO, Giuseppe (Org.). *História dos concílios ecumênicos*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2005. p. 317-363.

ZECCHINI, Giuseppe. *Ricerche di storiografia latina tardoantica*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1993.

Artigo recebido em 22/07/2025 e aprovado para publicação em 10/09/2025

Como citar:

BERTUCI, Heber Ramos. O Concílio de Niceia e a Dogmática Católica. *Coletânea*. Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 347-364, jul./dez. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v24i48-2025-6>